

Ulysses anuncia "operação varredura"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Procuraremos fazer uma Constituinte 'bê e bê' — Boa e Breve", anunciou ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, após reunião com os líderes e grupos partidários. Ficou decidido que a partir de hoje não haverá votação pela manhã, no plenário da Constituinte. Paralelamente às sessões de discursos, os líderes se reúnem para discutir formas de colocar em prática propostas surgidas ontem para aceleração dos trabalhos. Apenas a votação em bloco das emendas destacadas não foi aceita.

Para acelerar os trabalhos de elaboração da Constituição, os líderes e grupos decidiram realizar ao máximo a fusão de emendas. "Nas reuniões pela manhã, serão estudadas as possibilidades de fusão de emendas até mesmo de capítulos e títulos que não foram ainda levados à votação", disse Ulysses. A segunda proposta é diminuir o encaminhamento das votações, com apenas um constituinte falando contra e outro a favor da matéria a ser votada. O presidente da Constituinte usará com mais rigor a figura da prejudicialidade, quando as emendas são consideradas rejeitadas à medida que a anterior, já aprovada, trate do mesmo tema. O quarto

ponto de acordo é o uso da co-autoria. "Uma proposição às vezes tem as mesmas palavras ou expressões. Então se faz a co-autoria de vários elaboradores", disse Ulysses, lembrando ter convocado sessões para os finais de semana.

Confiante, Ulysses Guimarães afirmou que os trabalhos serão acelerados. "Estou aconselhando uma operação-varredura, uma guerra de extermínio ao ponto de interrogação. Do faxineiro ao presidente da República, todos têm interrogações quanto a assuntos de interesse nacional, sendo preciso banir estes pontos", afirmou, esperançoso de que até 21 de abril a Constituição esteja promulgada. O prazo, entretanto, é considerado pequeno pelos líderes partidários, que apontam os meses de maio e junho como prováveis para o término dos trabalhos.

A partir de hoje, a Assembleia Nacional Constituinte decreta o fim do "pinga-fogo" e das comunicações de lideranças, para que as votações possam iniciar-se imediatamente, todos os dias, às 14 horas. Os pequenos pronunciamentos dos deputados e senadores, segundo anunciou Ulysses, serão feitos em sessões diárias matutinas do Senado e da Câmara dos deputados.

Ao fazer a comunicação ao plenário, Ulysses advertiu que o êxito das medidas e a conseqüente agilização

das votações vão depender das decisões das reuniões das 9 horas, quando serão formalizadas as fusões de emendas e, ainda, propostas as emendas de co-autoria, também uma espécie de fusão de temas.

O senador Mário Covas, líder da bancada do PMDB, avalia que as reuniões matutinas que serão realizadas pelas lideranças partidárias a partir de hoje, para discutir a fusão e a co-autoria de emendas, vão apressar o término dos trabalhos. Covas é um dos poucos líderes que admite aprofundar a discussão sobre o exame em bloco de emendas, iniciativa rejeitada pelos demais líderes.

Todos os presentes concordaram com a necessidade de acelerar os trabalhos da Constituinte, mas recusaram, pelo menos por enquanto, a votação em bloco de emendas destacadas. "A idéia é acelerar sem ferir o direito adquirido de cada um", afirmou o líder do PDS, Amiral Netto. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse que "jogar emendas e destaques em uma vala comum pode trazer reação dos constituintes que destacaram emendas, o que pode ser prejudicial ao objetivo inicial". "O constituinte que destacar emenda vai querer defendê-la sem que ela seja misturada às outras", lembrou o líder do PFL, José Lourenço.

RESPONSABILIDADE

"Rapidez com responsabilidade." Essa é a orientação de Sant'Anna para justificar a rejeição à proposta de Ulysses de votar globalmente as emendas. Ao sair do Palácio da Alvorada ontem de manhã, onde se reuniu com o presidente Sarney durante 40 minutos, Sant'Anna considerou arriscado imprimir um ritmo mais dinâmico do que já está sendo desenvolvido.

"Já estamos votando as emendas numa velocidade surpreendente", afirmou. "Fazer uma Constituição em cima da hora pode tirar-lhe toda responsabilidade." Sant'Anna acredita que a rejeição à proposta de Ulysses será maciça, pois quase nenhum constituinte irá abrir mão do direito de ver seus destaques sendo discutidos e votados — isoladamente, cada parlamentar constituinte tem direito a seis emendas e quatro destaques. Sant'Anna, por exemplo, faz questão de que seus destaques sejam minuciosamente discutidos e submetidos à votação.

Anteontem, Ulysses apresentou a proposta a Sarney e disse não ter recebido nenhuma objeção do presidente, que lembrou o fato de já ter convocado a Constituinte prevendo que seus trabalhos se encerrassem em dezembro do ano passado.



Ulysses anuncia medidas para apressar votação

Emenda aprovada favorece domésticas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte praticamente concluiu ontem a votação dos direitos trabalhistas. Apenas uma emenda foi aprovada: a da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), estabelecendo direito de aviso prévio e de irredutibilidade de salário para os empregados domésticos. Foi mantido, além disso, texto do Centrão sobre os direitos dos trabalhadores rurais, que terão o FGTS e a remuneração pelo trabalho noturno adequados a sua categoria.

A votação começou com o parágrafo 4º, sobre os direitos dos trabalhadores rurais. Dois textos foram rejeitados: o primeiro, resultante de acordo entre o PMDB e o Centrão, enumerava vários incisos que deveriam ser adaptados posteriormente, por lei, às condições próprias do trabalho rural. O texto não alcançou os 280 votos, sendo rejeitado por 253 votos a favor, 94 contra e 4 abstenções. O segundo, rejeitado por 225 a favor, 126 contra e 12 abstenções, era de autoria do deputado Paulo Palm (PT-RS) e propunha a supressão do texto do Centrão, que foi, assim, mantido. O líder do PMDB, Mário Covas, anunciou, porém, que segundo acordo feito com o Centrão, será eliminado do texto o dispositivo que condiciona a duração do trabalho também à adaptação pela lei. Com isso, os trabalhadores rurais terão direito à jornada de 44 horas semanais.

Por 361 votos a favor, três contra e seis abstenções, foi aprovada a emenda de Benedita da Silva, que negociou com o Centrão e abriu mão de alguns direitos a mais que queria conferir aos empregados domésticos, entre os quais a licença à gestante. Pela emenda, os empregados domésticos terão direito a salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias e aposentadoria — estes já garantidos pela atual legislação — além de aviso prévio e irredutibilidade de salário.

Várias emendas foram rejeitadas. Entre elas, a do senador Lysianeas Maciel (PDT-RJ), estabelecendo que o salário mínimo seria aumentado a cada aumento dos subsídios dos deputados federais e senadores. Votaram 243 a favor, 104 contra e 18 se abstiveram.

Outra emenda rejeitada, do deputado Amaury Muller (PMDB-PB), propunha que os direitos sociais estabelecidos na nova Constituição não excluíssem os direitos já assegurados aos trabalhadores. Segundo o relator Bernardo Cabral, a emenda era desnecessária, pois a futura Constituição já garante os direitos adquiridos. A proposta recebeu 244 votos contra 116 e 5 abstenções.

Quando se colocou em votação a emenda resultante de acordo para o parágrafo 9º, sobre a seguridade social do produtor rural, do garimpeiro e do pescador artesanal, parte do PMDB e as esquerdas se retiraram do plenário.

Texto pode mudar no 2º turno

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O texto da futura Carta aprovada em primeiro turno pelo plenário da Constituinte ainda poderá ser modificado, através de emendas supressivas de seus dispositivos que serão apreciadas no segundo turno. Cada parlamentar poderá apresentar quatro dessas propostas, para suprimir dispositivos isolados, — e não capítulos, títulos ou seções —, além de emendas de redação destinadas a sanar omissões, erros, con-

tradições e para correção de linguagem.

Não há limitação de número para a apresentação das emendas de redação que, no entanto, não poderão modificar o mérito dos dispositivos aprovados em primeiro turno. Já as emendas supressivas poderão eliminar completamente, ou em parte, os vários dispositivos aprovados pelo plenário da Constituinte em primeiro turno. A licença paternidade de oito dias, por exemplo, poderá ser eliminada do anteprojeto caso seja apresentada proposta

com esse objetivo e se for aprovada por um mínimo de 280 votos.

Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques — o que se prevê possa acontecer até início de abril —, o relator Bernardo Cabral terá sete dias para apresentar o parecer do vencido, que deverá ser apreciado em segundo turno. Publicado o texto do relator e distribuídos os avulsos, a matéria será incluída na ordem do dia durante cinco dias, para discussão em segundo turno.

Encerrada a discussão, o relator

Bernardo Cabral terá mais cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, sendo a matéria, depois de publicada, submetida à votação. Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma comissão de redação integrada por constituintes que serão designados pelo presidente da Constituinte, entre eles o relator Bernardo Cabral.

Depois de apresentada, a redação final será publicada no Diário da Constituinte e incluída na ordem do dia para votação em turno único, no prazo de 24 horas.

O texto aprovado

Eis como ficaram os dispositivos da futura Constituição depois das votações de ontem:

Artigo 7º
Parágrafo 3º — Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos II, IX e XII, serão disciplinados em lei, que os

adaptará às peculiaridades de sua atividade.

Parágrafo 4º — São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XIV, XVI, XVIII e XXI deste artigo, bem como a integração à Previdência Social.

Hoje, o direito de greve

O direito de greve e a formação de sindicatos estarão em votação hoje no plenário da Constituinte. A sessão será aberta às 13h30 com a votação do artigo que trata da seguridade social para o produtor rural, os garimpeiros e pescadores artesanais. Já há acordo sobre o texto que estabelece o cálculo da contribuição dos garimpeiros.

A organização sindical será votada em seguida. O Centrão e a Comissão de Sistematização defendem a unicidade sindical, mas há

emendas permitindo que haja mais de um sindicato para a mesma categoria profissional e até na mesma empresa.

A questão envolve também o imposto sindical. Depois virá outra questão polêmica. A Sistematização quer que o direito de greve seja pleno, enquanto o Centrão propõe sua regulamentação em lei, ficando limitado quando se tratar de atividades essenciais e inadiáveis à comunidade.